

O PAPEL PEDAGÓGICO DO ARQUIVISTA E SUA INSERÇÃO NA DIFUSÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Giseli Milani Santiago Balbino

Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal de Minas Gerais
e-mail: giseli.milani@yahoo.com

Cintia Aparecida Chagas

Professora do Curso de Arquivologia e do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. e-mail: cintia@eci.ufmg.br

Resumo: O arquivista é um profissional multidisciplinar. Seu trabalho perpassa pelo planejamento de políticas e programas de gestão de documentos, organização, acompanhamento, assessoramento e direção de instituições arquivísticas e serviços de arquivo. Este trabalho objetiva mostrar as facetas do arquivista, sua atuação pedagógica, seu papel como instrutor/orientador nos arquivos correntes e intermediários, como facilitador do processo de difusão dos arquivos permanentes e como mediador de acesso a informações nos documentos arquivísticos, tentando demonstrar sua atuação multidisciplinar nas instituições. O direito a informação leva o arquivista ao cerne da sua função, organizar, selecionar, representar e disponibilizar os documentos arquivísticos garantindo-lhes acesso. Embora sejam muitas atividades do arquivista, este não trabalha sozinho, sendo suas ações ratificadas e apoiadas pelos profissionais de outras áreas, maximizando sua atuação. Conclui-se que o fazer do arquivista, multitarefas, está apenas começando, já que a produção documental é constante, assim como são progressivas as mudanças nos processos de produção.

Palavras-chave: Arquivista. Multidisciplinaridade. Difusão. Mediação. Orientação.



1 INTRODUÇÃO

O arquivista é um profissional multidisciplinar. Seu trabalho perpassa pela concepção intelectual de planejamento de políticas e programas de gestão de documentos, pela organização, acompanhamento, assessoramento e direção de instituições arquivísticas e serviços de arquivo. Suas atividades dependem, em grande medida, de sua atuação na instituição como instrutor das técnicas e práticas relacionadas à gestão de documentos nas fases corrente e intermediária, bem como o direcionamento das ações para a conservação, preservação e difusão dos conjuntos documentais recolhidos aos arquivos permanentes.

Esse profissional é um orientador, um pedagogo em sua área de atuação, um sujeito que tem como objeto de estudo os documentos produzidos, recebidos e /ou acumulados no decorrer das atividades de uma organização e que necessita construir, junto a seu público-alvo a efetiva prática arquivística de forma a edificar a gestão de documentos de modo sistematizado e cotidiano.

Cada arquivista é um produtor intelectual, quando constrói instrumentos de gestão de documentos, quais sejam, Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade; quando desenvolve instrumentos de pesquisa, como quadros de arranjo, guias, inventários e índices; quando colabora no desenvolvimento de Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGADs). Esse profissional é um orientador/educador do público interno e externo à instituição, quando do acesso aos arquivos correntes e intermediários, bem como dos documentos arquivísticos permanentes, com a função de interlocutor junto ao público externo, o cidadão.

A necessidade iminente e crescente de informação, além do surgimento das novas tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), amplia e exige dos profissionais arquivistas eficácia nas ações de busca e recuperação da informação por meio de acesso aos documentos, foco primário das instituições arquivísticas e serviços de arquivo. Szlejcher (2011) afirma que a complexidade crescente das sociedades modernas vem criando novas necessidades para a administração em sua organização e métodos de trabalho, complexidade que se reflete na produção e na utilização da documentação. E assim aparecem novas necessidades dos administradores e da sociedade em relação ao acesso à informação.

Tanto no que tange ao público interno como em relação ao público externo, exige-se que o profissional arquivista busque favorecer e contribuir para o crescimento da instituição em que está inserido, bem como oportunizar ambiente de formação e informação nas frentes em que atuará. Em relação ao público interno, atua como orientador e instrutor de melhores práticas de produção, tramitação e guarda de documentos, nos arquivos correntes e intermediários. Já em relação ao público externo, atua como difusor de ações de educação patrimonial nas instituições arquivísticas e serviços de arquivos intermediário e permanente.

O arquivista, na chamada era da informação precisa se preparar para a realidade pós-custodial dos arquivos. Duranti (1994, p.62) escreve a esse respeito: “é essencial que os arquivistas não depreciem seu papel como guardiões dos documentos, um papel oficialmente reconhecido pelas várias leis nacionais sobre prova documental”. Os arquivistas devem se pautar na gestão de documentos e no acesso às informações neles contidos, se desejam sobreviver como profissionais. Corroborando Ribeiro (2005) que constata que o arquivista, não pode continuar a ser aquele que guarda, conserva e arruma papéis e outros documentos para pesquisadores, mas terá de se assumir como gestor de informação produzida e usada em qualquer contexto orgânico. A autora escreve:

Ser arquivista passa a ser um desafio difícil, mas aliciante, pois urge repensar toda uma herança empírica milenar e questionar o sentido da profissão, já não num quadro de atividades de salvaguarda do patrimônio, mas sim numa perspectiva de acesso e conservação da informação como factor de memória identitária do seu organismo produtor. (RIBEIRO, 2005, p.8)

Este trabalho tem como objetivo mostrar as facetas do arquivista, sua atuação pedagógica, seu papel como instrutor/orientador nos arquivos correntes e intermediários, como facilitador do processo de difusão dos arquivos permanentes e o seu papel de mediador de acesso a informações contidas nos documentos arquivísticos, na tentativa de demonstrar sua atuação multidisciplinar nas instituições. Tal atuação, contudo, não o transformaria em um “super arquivista”. Pela natureza multidisciplinar do trabalho com os arquivos, o arquivista não atua sozinho. Para a execução de tão variada gama de atividades, este deve buscar apoio e parceria com outros profissionais. O historiador, o administrador e o pedagogo são parceiros importantes em seu trabalho.

2 UMA PROFISSÃO MULTIDISCIPLINAR

A Multidisciplinaridade trata da integração de diferentes conteúdos de uma mesma disciplina. Nogueira (2001, p. 143) mostra que “não existe nenhuma relação entre as disciplinas, assim como todas estariam no mesmo nível sem a prática de um trabalho cooperativo”. Na Multidisciplinaridade, recorremos a informações de várias matérias para estudar um determinado elemento, cada matéria contribui com suas informações pertinentes ao seu campo de conhecimento. (SILVA, 2005)

Um profissional multidisciplinar é um indivíduo multitarefa, um ator que é capaz de executar diferentes atividades, um generalista, que assume distintas funções conforme a necessidade, e que esteja em permanente atualização em relação aos conhecimentos produzidos e suas mudanças. Esta perspectiva se aplica ao profissional arquivista. Nesse sentido, sua formação deve ser pautada pela capacidade de interação respeitosa com diferentes profissionais, assim como a capacidade de aprendizado contínuo. É preciso compreender que o arquivista não se forma exclusivamente dentro da academia. Suas vivências pessoais e profissionais são fortemente responsáveis pelo seu modo de atuação no mercado de trabalho. A capacidade de buscar novas informações e de adquirir conhecimentos é o que define esse profissional, associada à disposição para o diálogo multidisciplinar.

De acordo com Duarte (2006) o arquivista tem sido norteado a atender necessidades informativas, para que a administração desenvolva suas funções com rapidez e efetividade, salvaguardando direitos e deveres das pessoas, através dos documentos, e para tornar possíveis a pesquisa e a difusão cultural. Ao mesmo tempo em que se atêm às práticas e técnicas arquivísticas, deve possuir conhecimentos oriundos da administração, direito, marketing, história dentre outras.

Um profissional da área de informação deve apresentar habilidades sociais, descritas por Souza, Inocente e Carniello (2012), como um conjunto de respostas comportamentais que são necessárias para lidar com necessidades e demandas interpessoais. Assim, os “[...] profissionais mais qualificados, com habilidades para tomar decisões, para trabalhar em equipe, em rede, em parceria, compartilhando informações e contribuindo ativamente para o aumento do fluxo e da disseminação de informações” (RUBI; EUCLIDES; SANTOS, 2006, p.82). Cabe ao arquivista apresentar estas aptidões como forma de viabilizar sua participação no âmbito institucional.

Outro aspecto é o acompanhamento das tecnologias da informação, da produção de conhecimento, e das ferramentas necessárias para atuar junto aos novos suportes, quais sejam, os digitais.

O arquivista deve ser um investigador, que estuda a documentação, analisa e a representa e, como pesquisador em conjuntos documentais, exibindo resultados que servirão como “ponto de

partida do tratamento que será destinado” (DUARTE, 2006, p. 150). Couture e Martineau (2000) descrevem a profissão como sendo de identidade universal, capaz de se adaptar a especificidades de práticas individualizadas, nutrida pela pesquisa.

O arquivista multidisciplinar é um articulador de conhecimentos, que precisa estar próximo de valores humanos. É nas ciências sociais aplicadas que se situa a área, portanto, sua premissa é atender as demandas da sociedade, valorizando os documentos arquivísticos como patrimônio e memória.

3 O PROFISSIONAL ARQUIVISTA E SEU ESPAÇO DE ATUAÇÃO NO BRASIL

Através da Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo, regulamentou-se as atribuições decorrentes das atividades exercidas por este profissional no âmbito das organizações, seja em serviços arquivísticos, seja em instituições arquivísticas:

Art. 2º - São atribuições dos Arquivistas:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes. (BRASIL, 1978)

Pode-se perceber que há uma gama de atividades que carecem ser realizadas nos arquivos, ações intelectuais, cabendo tais atividades a um profissional capacitado, multidisciplinar e flexível, que deverá ter conhecimento da instituição em que atua, tanto internamente como externamente, a fim de alcançar um planejamento que se alinhe às suas metas.

Além das responsabilidades elencadas, Bellotto (2004, p. 243-244) reflete que,

É o arquivista quem deve procurar os meios de comunicação de massa, como vias de penetração de sua mensagem, nos dois sentidos: em primeiro lugar, o arquivo realiza sua ação educativa em direção ao grande público; em segundo, mostra o que é que se faz, atraindo, na direção contrária, possíveis pesquisadores.

A autora defende que o arquivista do século XXI seja um profissional que tenha capacidade de análise e síntese, habilidade de formular ideias concisas; capacidade de julgamento seguro,

aptidão para tomar decisões e bom senso para resoluções de problemas, abertura a novas tecnologias de informação e adaptação à realidade.

E, como se tudo isso fosse pouco, fala-se, ainda, nas qualidades de adaptabilidade, pragmatismo, curiosidade intelectual, rigor, método, continuidade, capacidade de compreensão e escuta relativamente ao produtor, ao pesquisador e ao cidadão. A verdade é que o arquivista, ademais de toda essa qualificação de cunho pessoal, deverá ainda ser capacitado profissionalmente para intervir em toda a cadeia do tratamento documental, qualquer que seja o suporte. A respeitabilidade de que é revestida o seu trabalho virá da segurança com que atue no seu metier. (BELLOTTO, 2006, *on-line*)

De acordo com Souza (2014), a partir da década de 1990 os cursos de graduação em Arquivologia proliferaram no Brasil. Segundo ela, ao longo dos anos houve uma crescente preocupação com a formação do arquivista, “Conhecer o mercado de trabalho, bem como identificar o perfil dos profissionais em atividade, é imprescindível ao direcionamento de ações que concorram para uma formação competente do profissional responsável pela gestão dos documentos arquivísticos” (SOUZA, 2014, p.14). Conforme Martín-Pozuelo (2004, *on-line*):

Para que esta disciplina [Arquivística] possa ser reconhecida por sua relevância política, social e econômica deve começar por defender um profissional que não seja definido somente por suas funções, mas também, por suas responsabilidades, muito relacionadas de acordo com esta definição com a satisfação de demandas muito concretas da sociedade, da cultura, da ciência e da economia de um país.

Antes de tudo, a realidade, uma arquivologia centrada na prática e nas demandas da coletividade. O profissional arquivista precisa aliar suas aptidões com as necessidades das instituições. Deve ser flexível e saber lidar com as demandas que surgem, sobretudo em um contexto de ampla produção e difusão de documentos arquivísticos digitais.

4 O ARQUIVISTA INSTRUTOR/ORIENTADOR

O arquivista exerce um papel nas instituições públicas e privadas de instrutor/orientador das práticas arquivísticas. Essas orientações devem ser repassadas ao público interno, de forma pedagógica, principalmente aos produtores e/ou recebedores de documentos. De acordo com Bellotto (2004, p. 204),

A educação popular é uma outra vertente da atividade pedagógica; é campo da chamada ‘educação permanente’, que quer atingir o cidadão que já deixou os bancos escolares. A educação pós-escolar pode completá-lo como cidadão. O conhecimento do meio local de sua cultura e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia.

O fazer pedagógico envolve sete saberes para Morin (2004), dentre eles dois são aplicados ao Arquivista, em grande medida: - “Quinto saber: enfrentar as incertezas – simulação de imprevistos” (MORIN, 2004, p.79) e Sexto saber: ensinar a compreensão – roda da compreensão”.

Em relação ao quinto saber, segundo MORIN (2004), a grande conquista da inteligência seria poder se libertar da ilusão de prever o destino humano. O futuro permanece aberto e imprevisível,

de acordo com o mesmo autor. De acordo com Gomes (2006) o autor se situa diante da imprevisibilidade, das incertezas que nos cercam, sendo papel fundamental da educação, preparar as mentes para o inesperado e seu enfrentamento.

A arquivista lida com o inesperado e o enfrentamento de problemas de toda ordem, com relação à organização, produção, tramitação, classificação e avaliação dos documentos de uma instituição, que em sua maioria se encontram desorganizados e sem instrumentos de gestão, quais sejam o plano de classificação e a Tabela de Temporalidade.

A produção documental ausente de controle e o acúmulo de documentos textuais em suporte de papel são, em grande medida, os principais problemas encontrados e a principal demanda e ocupação dos arquivistas. Isso ocorre tanto para casos críticos e ainda frequentes de massas documentais acumuladas sem qualquer tratamento, como para manutenção continuada de arquivos correntes, intermediários e permanentes em instituições nas quais a gestão arquivística está assegurada por políticas, instrumentos e procedimentos.

No que tange ao “Sexto saber: ensinar a compreensão – roda da compreensão”, Morin escreve que compreender inclui um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade (MORIN, 2004, p. 95).

Sabe-se que apreender inclui conhecer e identificar-se com o objeto apreendido. Para que haja aprendizagem significativa, de acordo com psicólogo norte-americano D. P. Ausubel (1982) são necessárias duas condições. Inicialmente, o indivíduo ter disposição para aprender: se memorizar o conteúdo arbitrariamente e literalmente a aprendizagem será mecânica. Posteriormente, o conteúdo a ser assimilado deve ser significativo de forma lógica e psicológica: o significado lógico depende unicamente do conteúdo, e o significado psicológico é uma experiência, a vivência que cada indivíduo tem. Cada aprendiz restringe os conteúdos que têm significado ou não para ele.

Os arquivos das instituições devem ser parte integrante do fazer administrativo, sua importância envolve um processo de inclusão por parte dos diversos atores que estão relacionados aos documentos. É preciso que o arquivista explicita a sua relevância, a necessidade de valorização do seu trabalho e do documento arquivístico. Neste contexto, haverá aprendizagem das práticas e metodologias que envolvem os documentos, dentre as quais a de gestão de documentos, como aplicação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade, que se traduz em um dos aspectos de efetividade na administração pública e privada. Confirma Monaiar (2013, p. 16) que a intercessão do arquivista possibilita a explicitação e a implementação de “procedimentos, normas, padrões, requisitos e formatos destinados à gestão, preservação, segurança, recuperação, acesso, difusão e autenticidade das informações e dos documentos orgânicos”.

5 O ARQUIVISTA FACILITADOR DO PROCESSO DE DIFUSÃO PATRIMONIAL

Uma das atividades de gestão em arquivos é a difusão, objetivo final das instituições arquivísticas e serviços arquivísticos que possuem sob sua custódia patrimônio documental.

Monaiar (2013, p. 18) conceitua difusão como “ação de informar, valorizar, transmitir e dar acesso e comunicar às informações contidas em documentos de arquivo para usuários, para organização ou para qualquer indivíduo [...]” e indica que o patrimônio é “[...] um conjunto de bens resultantes da experiência coletiva que um grupo humano manteve perene” (MACHADO, 2004, p.10). Na Constituição Federal de 1988 no art. 216, inciso IV temos o documento como parte do patrimônio brasileiro:

Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
[...]
V - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. (BRASIL, 1988, art. 216)

O arquivista tem como incumbência a difusão dos conjuntos documentais, parte importante de suas atribuições em relação à sociedade. É por meio da difusão que, muitas vezes, se obtém informação necessária para requerimento de direitos. A difusão pressupõe atender a demandas do usuário, o que exige investimentos em áreas como Tecnologia da Informação (TI) e, recursos humanos. Além disso, cabe observar a legislação vigente, quanto à preservação de direitos individuais.

Jardim (1998, p. 03) cita com relação aos espaços arquivísticos:

A memória no espaço arquivístico só é ativada [...] se tais lugares de memória forem gerenciados também como lugares de informação, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. É enquanto lugares de informação - espaços (às vezes virtuais) caracterizados pelo fluxo informacional - que os arquivos (em qualquer uma das fases do ciclo vital) redefinem sua dimensão político-social.

Os instrumentos de descrição de documentos, tais como guias, inventários, catálogos, bem como conjuntos de documentos apresentados na Web, e exposições de documentos em suporte papel, promovem, no caso de arquivos permanentes, a disseminação do conhecimento, e o favorecimento de conscientização quanto à relevância da integridade dos registros documentais. Os arquivos permanentes devem direcionar suas ações aos usuários, servindo à sociedade e seus diversos agentes (JARDIM, 2004).

Na obra *Archivos y cultura: manual de dinamización*, os autores Ramon, Navarro e Gijón (2001) dissertam sobre as exposições como uma forma de as instituições arquivísticas saírem do anonimato e integrarem a atividades culturais que podem chegar ao maior número de cidadãos possível. Entretanto, os arquivistas enfrentam os documentos de difícil acesso, a falta de organização dos fundos e certo complexo de inferioridade em relação a outros aparelhos culturais.

Os autores ressaltam que o arquivista é o único indivíduo que tem capacidade de explicar o documento, seu contexto, e por isso seu trabalho possui um caráter educativo e cultural, aprofundando o conhecimento dos indivíduos em sua dimensão histórica, sua identidade e o entorno social. Os arquivistas são atores culturais, guardiões da memória de sua comunidade e capazes, por sua formação científica, de serem comunicadores da riqueza dos arquivos.

O arquivista deve gerir a conservação, a difusão, e a apresentação dos conjuntos documentais como um todo, explicando o valor de cada documento e seu contexto, justificando a tomada de decisão de sua conservação, dando ciência à sociedade dos resultados do seu trabalho e sensibilizando o cidadão na tentativa de fazê-lo tornar-se um usuário real dos fundos documentais da instituição arquivística (RAMON; NAVARRO; GIJÓN, 2001).

6 O ARQUIVISTA MEDIADOR DO ACESSO À INFORMAÇÃO

De acordo com Brandão e Borges (2016) a mediação da informação é uma prática nova para os arquivistas, e embora seja parte de sua atuação profissional pouco se discute sobre a temática. Bruno Delmas (2010, p. 117) defende que, “O papel dos arquivistas é de decifrar, para os usuários atuais, os códigos esquecidos dos documentos, qualquer que seja a sua época, e de tornar compreensível e acessível àquilo que, como o passar do tempo, se tornou incompreensível”.

Neste contexto, o arquivista é o facilitador na apreensão da informação. Gama e Ferneda (2010) realizam um estudo sobre o comportamento informacional dos usuários de acordo com o ciclo de vida dos documentos. Os autores descrevem dois tipos de usuários: um que se apropria da informação contida nos arquivos corrente e intermediário, grupo este que é agente de produção de documentos e que se apropria da informação, no exercício de suas atividades e outro grupo que se detém a informações contidas nos arquivos de guarda permanente, com valor informativo e probatório.

O primeiro tipo de usuário, o interno, necessita de documentos que espelhem as atividades e relações funcionais da instituição e seus registros guardam valor administrativo, fiscal ou jurídico. A mediação deste grupo se sustenta em dar acesso de forma imediata aos documentos, atentando para sua necessidade de comprovação de atos.

O usuário externo, pesquisador, cidadão, segundo tipo de usuário classificado por Gama e Ferneda (2010) interage com a documentação de valor secundário, com informações que podem ser úteis a sociedade como comprovação de direitos. A mediação deste grupo tem como foco dar acesso à informação que pode, eventualmente, possibilitar a leitura dos contextos de produção e capacitar o indivíduo a apropriar-se de direitos que, de outra forma, não possuiria.

Cabe destacar a importância do usuário interno nos arquivos permanentes. O uso desses arquivos enquanto apoio às atividades da administração, apesar de pouco estudado é fundamental

para a própria valorização do arquivo. Se a visibilidade externa é importante para garantia de direitos, o uso interno do arquivo permanente garante investimentos provenientes do nível estratégico da organização.

De acordo com Rousseau e Couture (1998), a contribuição qualitativa dos arquivos definitivos para a administração é inegável, sendo estes arquivos imprescindíveis. Não se deve, portanto, associar valor secundário à necessidade histórica unicamente. Tais arquivos, quando organizados, são um trunfo essencial para a reconstrução da evolução da organização e para a realização de estudos retrospectivos. A reconstituição tem como objetivo confirmar direitos históricos ou compreender as origens de uma atividade ou função, a fim de permitir aos administradores formarem uma opinião sobre ela. A reconstituição também pode servir para outras disciplinas como medicina, teatro, publicidade e cinema. Assim a clientela do arquivo é bastante diversificada, demandando do arquivista grande capacidade de interlocução com diversos profissionais.

O arquivista deve atentar para as fontes de informação e para um instrumento de busca que recupere de forma eficiente as demandas dos usuários, bem como estar preparado para as evoluções na área. Há então diferentes tipos de mediação arquivística, “os arquivistas devem ser capazes de pesquisar, reconhecer e articular todas essas mudanças radicais na sociedade para então tratar conceitualmente do seu impacto na teoria, metodologia e prática arquivística” (COOK, 2012, p. 139).

A Lei 8.159 de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, prevê:

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (BRASIL, 1991, art. 4º)

O direito à informação, leva o arquivista ao cerne da sua função, ser competente e desenvolver habilidades que o capacitem a organizar, selecionar, representar e tornar disponíveis os documentos arquivísticos garantindo-lhes o acesso.

Gama e Ferneda (2010, p. 156) ressaltam que arquivos possuem características que tornam imperativo o serviço de referência:

Em um ambiente de arquivo encontrar-se-ão indivíduos que não estão familiarizados com o teor documental e indivíduos especializados em áreas afins. Diferentemente, entretanto, do acervo bibliográfico, o acervo arquivístico é constituído de informações documentais que não estão publicadas em coleções. Dessa forma, por mais especializado que o usuário possa ser, o serviço de referência será indispensável para a apropriação.

Está na alçada do profissional arquivista contabilizar estas questões por uma equação equilibrada, uma mediação eficiente, para que haja uma boa prestação de serviço.

7 CONCLUSÃO

As facetas mais variadas do arquivista, nas instituições em que atuam, os tornam um profissional imprescindível, sendo o concatenador entre os atores e os documentos arquivísticos, o elo entre os que buscam informação registrada e o seu contexto de produção, o facilitador na apreensão de conhecimento baseado em experiências concretas das atividades realizadas em cada organização. O arquivista organiza, reúne, trata, preserva e cria instrumentos para acesso a informação, em qualquer suporte em que ela esteja registrada.

Embora sejam muitas as atividades desenvolvidas pelo arquivista, este profissional não é um “super-herói”, muito antes pelo contrário, suas ações devem ser ratificadas e apoiadas pelos profissionais de outras áreas como direito, administração, marketing, ciência da computação, por exemplo, como forma de maximizar a sua atuação nas organizações.

Registre-se que para uma boa atuação é necessário, também, uma formação de nível que o prepare para os desafios que existem e os que estão por vir. A questão da crescente migração de suportes e da produção documental digital é uma provocação à sua capacidade de plasticidade, ou seja, de dar alternativas as questões emergentes. Assim a constante atualização e a estruturação dos cursos de arquivologia influenciam diretamente no especialista que é entregue a sociedade.

A arquivologia, disciplina em contínuo desenvolvimento, exige cada vez mais profissionais capacitados e que acompanhem os processos de incremento e inovação com relação à tecnologia da informação e que ao mesmo tempo utilize-se destas ferramentas como um facilitador no processo de busca e recuperação da informação contida nos documentos arquivísticos. Fazer o bom uso da tecnologia, para dar acesso ou para preservação em ambientes digitais confiáveis pode ser um diferencial na execução do trabalho do arquivista.

Conclui-se que o fazer do arquivista, multitarefas, está só começando, já que a produção documental é constante, assim como são progressivas as mudanças em seus processos de produção.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

ALBERCH I FUGUERAS, R. et al. **Archivos y cultura: manual de dinamización**. Gijón: Ediciones Trea, 2001.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A Queiroz, 2004.

BELLOTTO, H. L. **O Arquivista na sociedade contemporânea**. [2006]. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto01.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei n. 6.546 de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jul. 1978.
- BRASIL. Lei n. 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991.
- COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.
- DELMAS, B. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceitualização e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, PT. v. 5-6, n.1, p. 141-151, 2006-2007.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64. 1994.
- GAMA, F. A.; FERNEDA, E. A mediação da informação nos arquivos permanentes: serviços de referência arquivística no ambiente digital. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 148-169, dez. 2010.
- GOMES, A. M. A. et al. Os saberes e o fazer pedagógico: uma integração entre teoria e prática. **Educ. rev.** Curitiba, n. 28, p.231-246. 2006.
- JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.5, p. out., 2004. Disponível em:
- MACHADO, M. B. P. **Cartilha de Educação Patrimonial**: orientação para professores do ensino médio. Caxias do Sul: Maneco, 2004.
- MARTÍN- POZUELO, M. P. El futuro inmediato de la investigación y la formación en archivística: tres decálogos para el debate. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS. ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. 8., 2004. Estoril. **Actas...** Estoril, 2004.
- MONAIAR, L. **O papel dos arquivistas na implantação do modelo de arquitetura da informação na Câmara dos Deputados**. 2013, 43f. Monografia (Especialização Informação Tecnológica e Gerencial) Curso Arquitetura e Organização da Informação. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.
- NOGUEIRA, N. R. **Pedagogia dos projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.
- RIBEIRO, F. **Os Arquivos na era pós-custodial**: reflexões sobre a mudança que urge operar. Artigo em Revista Científica Nacional. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14000>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUBI, M. P.; EUCLIDES, M. L.; SANTOS, J. C. Profissional da Informação: aspectos de formação, atuação profissional e marketing para o mercado de trabalho. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.16, n.1, p.81-82, jan./jun. 2006.

SZLEJCHER, A. Investigación y formación archivística: los nuevos desafíos. In: MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. (Orgs.). **A formação e a pesquisa nas universidades brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 17-52.

SILVA, I. B. Uma Pedagogia Multidisciplinar, Interdisciplinar ou Transdisciplinar para o Ensino/Aprendizagem da Física. **HOLOS**, Natal, v. 1, p. 4-12, maio 2005.

SOUZA, S. M. **O mercado de trabalho para o arquivista egresso do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo**. Dissertação Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, V.F.; INOCENTE, N.J.; CARNIELLO, M.F. Habilidades e competências necessárias para um profissional da área da informação em um laboratório de pesquisas espaciais na região do Vale do Paraíba. In: VIII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. 8 -9 jul. 2012. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.

YEO, G. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016. p. 135-169.

THE ARCHIVIST'S PEDAGOGICAL ROLE AND ITS INSERTION IN THE DIFFUSION AND MEDIATION OF INFORMATION

Abstract: *The archivist is a multidisciplinary professional. His work includes the planning of policies and programs for records management, organization, monitoring, advising and directing archival institutions and archive services. This work aims to show the facets of the archivist, his pedagogical role, his role as an instructor in the current and intermediate archives, as facilitator of the diffusion process of the permanent archives and as mediator of access to information in the archival documents, trying to demonstrate his multidisciplinary performance institutions. The right to information leads the archivist to the heart of his / her function, to organize, select, represent and make available the archival documents guaranteeing access. Although they are many activities of the archivist, this one does not work alone, being its actions ratified and supported by the professionals of other areas, maximizing its action. It is concluded that the work of the archivist, multitasking, is only beginning, since the documentary production is constant, just as the changes in the production processes are progressive.*

Keywords: *Archivist. Multidisciplinary. Diffusion. Mediation. Guidance.*

Originals received em: 12/07/2018

Aceito para publicação em: 08/08/2018

Publicado em: 20/10/2018